



PROJECTO EUROPA

Nº 19 - Julho 1993

DIRECTOR: António d'Orey Capucho

P.E. APROVA REGULAMENTOS DOS FUNDOS ESTRUTURAIS

O PE, na sessão plenária de Julho, aprovou a proposta de revisão dos regulamentos dos Fundos Estruturais.

Com efeito, a Comissão apresentou um conjunto de propostas para revisão dos regulamentos que regem os fundos estruturais. Não se trata de pôr em causa a profunda reforma realizada em 1988, cujos princípios - concentração, parceria, adicionalidade e programação - são mantidos como até reforçados, mas sim de adaptá-la à nova situação, a fim de permitir que as acções dos fundos abranjam novas regiões e novos tipos de objectivos e, ao mesmo tempo, simplificar os procedimentos administrativos, aumentar a transparência e reforçar o controlo financeiro.

Estabelece-se que a programação passará a ser de seis anos (anteriormente 5), a fim de coincidir com o final do período de vigência das novas perspectivas financeiras. No essencial, os critérios para a determinação das regiões elegíveis mantêm-se.

No que respeita ao nível de co-financiamento, passará a admitir-se que, em casos excepcionais, a participação comunitária possa atingir 85% do custo total das medidas relativas ao objectivo 1 levadas a cabo nos quatro "países da coesão": Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda.

O princípio da parceria é reforçado, prevendo-se a sua extensão de modo a incluir, não só as autoridades regionais e locais, mas também os parceiros económicos e sociais designados por cada Estado-membro.

No que respeita ao Ambiente, os Estados-membros devem incluir nos seus planos uma avaliação da situação ambiental da região em causa e do seu desenvolvimento previsível à luz das intervenções projectadas.

MARQUES MENDES: O ACORDO É SATISFATÓRIO

Intervindo no debate como relator da Comissão de Orçamentos, o deputado Marques Mendes afirmou que o acordo consubstanciado na declaração conjunta das três instituições é minimamente satisfatório, tendo salientado que foi finalmente reconhecido que as verbas indicadas não passam de meras orientações e não verdadeiras perspectivas financeiras, que só com o acordo interinstitucional, que ainda não existe, se poderão determinar. E daí que, segundo Marques



Mendes, se reconheça expressamente na referida declaração conjunta "*que de modo algum se afectam as prerrogativas da Autoridade Orçamental ou os poderes que, em matéria orçamental, o Tratado confere ao Parlamento, poderes tanto para fixar os montantes globais, como as respectivas linhas orçamentais*". Porque esta declaração conjunta vem de encontro ao sentido que se continha nas alterações

(continua na pg.sgt.)

OS OBJECTIVOS DOS FUNDOS

ESTRUTURAIS

São os seguintes os objectivos prosseguidos pela política estrutural comunitária, com a contribuição dos Fundos Estruturais, segundo as propostas da Comissão:

1. Promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas (...);
2. Reconverter as regiões gravemente afectadas pelo declínio industrial (...);
3. Lutar contra o desemprego de longa duração, facilitar a inserção profissional dos jovens e a integração no mercado de trabalho das pessoas expostas à exclusão social (...);
4. Facilitar a adaptação dos trabalhadores às mutações industriais e à evolução dos sistemas de produção (...);
5. Promover o desenvolvimento rural: a) acelerando a adaptação das estruturas agrícolas no âmbito da reforma da política agrícola comum; b) facilitando o ajustamento estrutural nas zonas rurais.

boletim informativo do grupo parlamentar europeu do PSD

(editado com o patrocínio do grupo liberal, democrático e reformista do parlamento europeu)

Cimeira de Copenhaga: ANTONIO CAPUCHO apoia medidas de combate à crise

Na intervenção que produziu em Plenário a propósito dos resultados da Cimeira de Copenhaga, o Deputado António Capucho, considerou ser negativo embarcar na insatisfação que certos sectores manifestam em relação aos resultados da Cimeira de Copenhaga, avolumando assim a onda de europessimismo.

“Desde a declaração sobre a Bósnia-Herzegovina, até à mais uma vez adiada decisão sobre as sedes dos organismos comunitários, vários são os motivos para criticarmos o Conselho Europeu”, afirmou, mas, apesar disso, acredita sinceramente “que as conclusões da Cimeira são globalmente positivas, especialmente no que se refere às medidas adoptadas para combater o principal flagelo que nos preocupa a todos: a recessão económica e o agravamento do desemprego.”

Neste domínio, para António Capucho, *“são de salientar as seguintes medidas, cujo impacto positivo não deixará de ser sentido:*

- reforçar a iniciativa europeia de crescimento, nomeadamente através da disponibilização para o efeito pelo BEI de mais de 3 mil milhões de Ecus, destinados às redes transeuropeias e à melhoria da competitividade das PME;

- acelerar a implementação do Pacote Delors II, mediante a utilização antecipada de fundos estruturais e do fundo de coesão;
- criar condições orçamentais e económicas que permitam a rápida redução das taxas de juro na Europa, estreitando as diferenças entre estas e as que são praticadas nos países industrializados terceiros;

- acelerar a promoção das redes transeuropeias de transportes, telecomunicações e energia, visando o melhor funcionamento do mercado interno, o relançamento económico e a coesão entre o centro e os Estados periféricos.”

A concluir, António Capucho, afirmou que, apesar de todos os escolhos e dificuldades, acredita estarem criadas bases satisfatórias para relançar os ideais europeus e a confiança dos cidadãos e dos agentes económicos e sociais, sendo *“indispensável a determinação firme das Instituições Comunitárias e dos Estados-membros, definindo e implementando uma estratégia nova e clara que favoreça o relançamento do crescimento económico sustentado, reforçando a competitividade, tudo com o objectivo essencial de reduzir o desemprego”*.

REGULAMENTOS DOS FUNDOS ESTRUTURAIS (continuação)

anteriores da Com.dos Orçamentos, Marques Mendes, *“regozija-se com o facto de o Conselho e a Comissão terem acabado por reconhecer a razão que nos assistia, e por aceitar, conseqüentemente, o correcto entendimento que sempre perfilhamos de que tais montantes são realmente objectivos mínimos.”* Considerou ainda que esta *“regulamentação, no seu conjunto, colhe muito do que de importante o Parlamento vinha já recomendando, designadamente quando se pronunciou sobre a execução dos fundos e quando perspectivou a presente revisão”*. Congratulou-se pela criação do novo objectivo 4,

RUI AMARAL na IX Reunião P.E. - Organização Interparlamentar do Sueste Asiático

Falando durante a reunião conjunta de uma delegação do PE com a Organização Interparlamentar do Sueste Asiático, que teve lugar em Estrasburgo no final de Junho, o deputado Rui Amaral recordou que ainda recentemente o Conselho de Ministros da Cooperação da CEE *“tomou uma posição muito expressiva que condiciona toda a cooperação à observância de progressos no domínio do Direito Internacional e do respeito dos Direitos do Homem”*.

Rui Amaral lamentou que a generalidade dos países ASEAN, assim como os países comunitários, sejam significativamente prejudicados no desenvolvimento das suas relações económicas mútuas, em resultado do facto de um dos países ASEAN - a Indonésia - manter em Timor-Leste uma situação intolerável. Infelizmente, sublinhou Rui Amaral, a Indonésia no último ano acentuou as formas de repressão generalizada sobre o povo timorense.

MENDES BOTA promove o Algarve na Alsácia

Uma “semana cultural do Algarve na Alsácia” teve lugar em Junho nesta região francesa, por iniciativa do deputado Mendes Bota, em colaboração com a Delegação Regional do Algarve da Secretaria de Estado da Cultura.

A semana algarvia, que abriu com uma exposição de pintura, incluiu espectáculos de cultura popular com a participação do Grupo de Música Popular “Erva Doce”, a apresentação de uma adaptação da peça “Os Malefícios do Tabaco”, de Anton Tchecov, interpretada por Fátima Murta, e a declamação de poesia pelos poetas algarvios Manuel Neto dos Santos e Fátima Murta. O último dia da iniciativa foi marcado por uma conferência subordinada ao tema “A Dança Europeia nos finais do século XX”, pelo professor António Laginha.

Tratou-se de uma realização que suscitou o interesse dos meios culturais e turísticos de Estrasburgo e que cumpriu inteiramente o seu objectivo, que era o de chamar a atenção para as potencialidades do Algarve, não só importante estância turística, mas também sede de um significativo património cultural.

ANTÓNIO CAPUCHO, SOBRE O ALARGAMENTO DA CEE

“O alargamento da Comunidade à Austria, Noruega, Suécia e Finlândia, é desejável e é urgente. (...) Mas, como condição necessária ao alargamento, é pacífico e razoável exigirmos a aceitação pelos candidatos não apenas de todo o acervo comunitário, como também do Tratado da União Europeia.

Tem sido também exigida pelo PE uma reforma institucional profunda, concomitante com o alargamento. Neste domínio devemos ser claros: não podemos pretender antecipar a reforma do Tratado da União Europeia prevista para 1996. De facto, como o PE se vai provavelmente pronunciar sobre este primeiro alargamento no decurso do próximo ano, não vislumbra como é que, entretanto, seria viável uma reforma institucional profunda.”

RUI AMARAL, SOBRE A COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL

“... a coesão económica e social constitui um dos mais importantes pilares da construção europeia. (...) Mas (...) nem o Conselho, nem a Comissão, foram ainda capazes de abordar este tema com a clareza e a responsabilidade que ele exige.

Na verdade, a Comissão não teve dúvidas em fixar um calendário para a concretização do mercado interno e foi capaz de definir as centenas de medidas legislativas necessárias

para essa concretização. E, mais recentemente (...) a Conferência Intergovernamental aprovou um calendário para a UEM,

Hoje, em plena recessão económica generalizada que se traduzirá na redução do grau de coesão económica e na degradação de aspectos essenciais das economias dos Estados-membros, (...) é de novo o momento de reclamar da Comissão que trate a coesão económica e social com a determinação, o equilíbrio e o rigor com que, com grande sucesso, foi capaz de tratar de objectivos tão nobres e tão essenciais.”

MANUEL PORTO, SOBRE A COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL

“A preocupação actual com a recessão económica, que justificou este debate no Parlamento Europeu, não pode levar a que diminua, antes pelo contrário, implica que

amente o esforço de convergência real que está a ser desenvolvido na Comunidade. Desde logo, a experiência tem sido bem clara, mostrando que as situações de crise são menos sentidas e mais facilmente ultrapassadas quando é maior o equilíbrio regional: de um modo muito especial, beneficiando-se então com as iniciativas e as oportunidades de emprego mais diversificadas que são proporcionadas, não só em sectores tradicionais como mesmo em sectores que nessas condições podem ser mais competitivos a nível internacional.”

MARGARIDA SALEMA, SOBRE A PROTECÇÃO JURÍDICA DE BASES DE DADOS

“Assim, a nossa posição é de abstenção, por duas ordens de razões:

- uma, de ordem técnico-jurídica, porque a aplicação do direito de autor à base de dados, na estrita medida em que se aplica apenas aos critérios de selecção ou disposição dos dados,

dos Direitos do Homem em Timor-Leste, com a Indonésia a fazer “ouvidos de mercador” aos apelos e às condenações da comunidade internacional em relação à ocupação ilegal e prepotente que mantém naquele território. E, se a Comunidade mantém em suspenso a cooperação no quadro da ASEAN, isso não tem impedido que países como a Alemanha e o Reino Unido mantenham relações comerciais de fornecimento de equipamento militar com a Indonésia.”

VIRGÍLIO PEREIRA, SOBRE A REFORMA DOS FUNDOS ESTRUTURAIS

“... a experiência passada desde 1988 até agora, demonstra com toda a evidência que a quase duplicação dos meios financeiros dos fundos estruturais e o seu quantitativo global no período 1988/93, de cerca de 60,3 mil milhões de ecus, o que representou apenas 20% do orçamento comunitário, não conseguiu diminuir sensivelmente as desigualdades de desenvolvimento entre as regiões ricas e as

regiões periféricas - e, nomeadamente, as ultra-periféricas - nem tão pouco conseguiu impedir o crescimento do desemprego. É porque os meios aplicados foram nitidamente insuficientes. É portanto evidente que não se conseguiu

alcançar a tão falada coesão económica e social. Em algumas regiões da Comunidade a situação agravou-se mesmo.”

VASCO GARCIA, SOBRE O INSTRUMENTO FINANCEIRO DE ORIENTAÇÃO DA PESCA

“(...) durante anos, a sub-comissão das pescas do Parlamento Europeu tem vindo a manifestar o seu desejo de dar às estruturas da pesca comunitária os instrumentos de desenvolvimento que a importância do sector justificam.

A Comissão correspondeu às nossas expectativas quando propôs a criação de um novo objectivo destinado às pescas e enquadrado na reforma dos fundos estruturais. Mas nem sempre se consegue a totalidade do objectivo, e em seu lugar temos este Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca cuja qualidade é racionalizar os instrumentos existentes e cujo defeito é a incerteza sobre a sua dotação financeira. Mas (...) se o Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca for dotado de meios suficientes e gerido de forma racional, poderá ser uma peça importante da política estrutural.”

discurso directo

por recurso às compilações previstas na Convenção de Berna, é inadequada, incorrecta e duvidosa.

- a segunda, de ordem política, tem a ver com o facto chocante de que nenhum deputado do PPE ou do PSE demonstrou a menor preocupação quanto à necessidade de estabelecer um equilíbrio adequado entre a protecção dos criadores de bases de dados, que aliás apoiamos, e o acesso à informação, através dos novos meios que a moderna tecnologia propicia. Ou seja, não houve aqui ninguém, pelos vistos, que assumisse a defesa do interesse geral.”

MENDES BOTA, SOBRE DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO

“... a política de cooperação e ajuda ao desenvolvimento da Comunidade deixou de ser incondicional, para colocar um forte acento na ligação entre o desenvolvimento económico e social e o respeito pelos direitos fundamentais da pessoa humana. (...)

Não basta que a Comunidade seja coerente e aplique a cláusula democrática em todos os acordos de cooperação. É necessário que os Estados-membros, a título bilateral, o sejam também. Veja-se o caso escandaloso da situação

ANTÓNIO CAPUCHO EM SIMPÓSIO SOBRE TIMOR-LESTE

O Vice-presidente do Parlamento Europeu, António Capucho, participou no passado dia 23, num simpósio sobre Timor-Leste integrado nas V Jornadas de Timor, organizadas pela Universidade do Porto. António Capucho, na sua intervenção, deu conta das resoluções aprovadas pelo PE sobre a situação em Timor-Leste, dos resultados da audição pública pela sub-comissão dos Direitos do Homem do PE sobre os direitos do homem em Timor-Leste, bem como da actividade do Intergroupo Timor-Leste do PE.

breves

RUI AMARAL EM SINGAPURA

Rui Amaral, deputado europeu do PSD, preside a uma delegação de seis deputados da Comissão de Transportes do PE que se deslocará a Singapura entre os dias 28 de Agosto e 2 de Setembro.

Esta visita, que se realiza a convite do Governo de Singapura, tem por objectivo contactar as autoridades responsáveis pelo sector dos transportes e estudar o aprofundamento da cooperação no domínio do transporte aéreo e marítimo.

AUMENTAM PETIÇÕES DIRIGIDAS AO P.E.

Entre Março de 1992 e Março de 1993, a Comissão de Petições do P.E. recebeu 900 petições - 117 das quais provenientes de Portugal.

Este número mostra a crescente preocupação dos cidadãos em assegurar a defesa dos seus direitos à luz do direito comunitário. As petições ao PE podem ser enviadas por qualquer cidadão comunitário ou residente na Comunidade que se considere lesado nos seus interesses, relativamente a uma questão que diga respeito ao âmbito de actividades da Comunidade.

Os assuntos mais focados nas petições recebidas foram as questões relativas ao ambiente, à protecção dos animais, à

fiscalidade e à expulsão de pessoas de um Estado-membro após nele terem cumprido uma pena de prisão.

MENDES BOTA EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TOUAREGS

O deputado Mendes Bota foi designado pela Comissão de Cooperação e Desenvolvimento do PE como relator sobre a situação dos Tuaregs no Mali e no Níger. Mendes Bota, que tinha já convidado representantes dos Touaregs para a Assembleia Paritária ACP/CEE, denunciou a "purificação étnica" de que estes são objecto sobretudo no Norte do Mali e no Níger e que terá já feito centenas de vítimas numa população de três milhões de pessoas.

P.E. CONTRA RESÍDUOS NUCLEARES NO ATLÂNTICO

O PE aprovou uma proposta de resolução subscrita, entre outros, pelos deputados do PSD Virgílio Pereira e Vasco Garcia, sobre o despejo de resíduos nucleares no Atlântico. Nesta resolução o PE, preocupado com notícias relativas a um estudo recente da OCDE que prevê a criação de dois cemitérios de resíduos nucleares no Atlântico, um a 400 Km dos Açores e outro a 800 Km das Canárias, protesta energicamente contra tal projecto, pedindo às restantes instituições comunitárias que se oponham ao levantamento da moratória sobre o despejo de resíduos nucleares nos Oceanos e nos mares.

AJUDA HUMANITÁRIA A ANGOLA

O plenário do PE aprovou uma resolução em que pede que sejam criadas condições para que as organizações humanitárias, sem discriminações, possam intervir o mais rapidamente possível junto das populações vítimas dos confrontos em Angola, expressando o desejo de que as partes envolvidas nos combates permitam a intervenção daquelas organizações.

LIBERAIS E REFORMISTAS DEBATEM "A NOVA EUROPA - PERSPECTIVAS DA UNIÃO EUROPEIA"

O Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD na A.R., Rui Carp, defendeu, em Bruxelas, que a "coesão económica e social é um dos objectivos do Tratado de Maastricht e que corresponde, desde sempre, aos desejos dos fundadores da Comunidade Europeia", tendo desenvolvido a tese de que haveria "grave incoerência se essa coesão não tivesse elevada prioridade em tudo o que se fizer daqui para a frente".

Rui Carp participou num seminário promovido pelo Grupo LDR, subordinado ao tema "A Nova Europa - As perspectivas da União Europeia", que teve lugar nas instalações do P.E. em Bruxelas. Nesta reunião participaram os deputados membros do Grupo LDR no P.E. e os presidentes dos grupos parlamentares nos parlamentos nacionais, membros da Federação dos Partidos Europeus Liberais, Democráticos e Reformistas. Para Rui Carp, a coesão económica e social "não deve ser vista apenas como o envio de mais fundos estruturais para os países menos desenvolvidos da Comunidade, mas deve ser considerada como o reforço de todo o Espaço-Europeu perante o Espaço Norte-Americano e o Espaço Asiático".

* De 6 a 8 de Setembro, em Veneza, realizam-se as Jornadas de Estudos do Grupo LDR.

* De 13 a 17 de Setembro reúne, em Estrasburgo, o plenário do Parlamento Europeu.

agenda

* De 8 a 10 de Dezembro, reúne, em Torquay (Inglaterra), o Congresso da Federação dos Partidos Liberais, Democráticos e Reformistas (ELDR).

PROJECTO EUROPA
rue Belliard, 97-113 1040 Bruxelles